

**1 -Em tema de competência esta será fixada, quando incerto o limite territorial entre duas ou mais comarcas, observando-se o critério seguinte:**

- (A) domicílio do réu;
- (B) distribuição;
- (C) indistintamente o domicílio do réu ou o lugar da infração, conforme a conveniência do Ministério Público;
- (D) lugar da prática do último ato de execução, desprezando-se o lugar do resultado;
- (E) prevenção.

**2- Em crime de exclusiva ação penal privada, é INCORRETO afirmar que:**

- (A) haverá perempção sempre que, proposta a ação, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante trinta dias seguidos;
- (B) o juiz poderá proferir sentença condenatória ainda que o querelante tenha formulado pedido de absolvição nas alegações finais;
- (C) a queixa poderá ser dada por procurador com poderes especiais;
- (D) a queixa poderá deixar de conter o nome do querelado, desde que tenham sido prestados esclarecimentos pelos quais o réu possa ser identificado;
- (E) o ofendido menor de dezoito anos de idade poderá propô-la sem estar representado.

**3-Condenado por crime de roubo, Cláudio, por intermédio de seu Defensor, poderá pedir ao juiz que declare a sentença, esclarecendo *contradição*, no prazo de:**

- (A) dois dias;
- (B) cinco dias;
- (C) oito dias;
- (D) dez dias;
- (E) quinze dias.

**4- Em tema de juizado especial criminal, é INCORRETO afirmar que:**

- (A) é cabível a suspensão condicional do processo;
- (B) a apelação deverá ser interposta com as razões;
- (C) os erros materiais na sentença podem ser corrigidos de ofício;
- (D) não correrá prescrição durante o prazo de suspensão do processo;
- (E) a turma recursal não tem competência para julgar *habeas corpus* contra ato de juiz do juizado.

**5-Quando for verificado, no curso do processo, que o réu foi acometido de doença mental que sobreveio à infração, caberá ao juiz:**

- (A) absolver sumariamente o acusado;
- (B) nomear curador ao réu, prosseguindo com o processo;
- (C) suspender o curso do processo até que o acusado se restabeleça;
- (D) impor ao acusado medida de segurança;
- (E) decretar a prisão preventiva do acusado em face da manifesta periculosidade.

**6-Em regra, o prazo para oferecimento de queixa substitutiva de denúncia, em caso de ação penal privada subsidiária da pública, é de:**

- (A) dez dias, a contar da data do encerramento do inquérito policial;
- (B) trinta dias, a contar da data em que se esgotar o prazo para o Ministério Público oferecer denúncia;
- (C) cinco dias, a contar da data do encerramento do inquérito policial;
- (D) seis meses, a contar da data em que o ofendido vier a saber quem é o autor do crime;
- (E) seis meses, a contar da data em que se esgotar o prazo para o Ministério Público oferecer denúncia.

**7 - Em tema de inquérito policial, é INCORRETO afirmar que:**

- (A) nos crimes de ação pública incondicionada, o inquérito policial poderá ser instaurado a requerimento do ofendido;
- (B) nos crimes de ação pública incondicionada, o inquérito policial poderá ser instaurado mediante requisição do Ministério Público;
- (C) nos crimes de ação pública condicionada à representação, o inquérito policial poderá ser instaurado de ofício, pela autoridade policial;
- (D) nos crimes de exclusiva ação penal privada, o inquérito policial somente poderá ser instaurado a requerimento de quem tenha qualidade para intentar a citada ação;
- (E) nos crimes de ação pública incondicionada, o inquérito policial poderá ser instaurado a partir de notícia de qualquer pessoa, verificada se for o caso a procedência das informações.

**8- Em tema de prisão processual, é INCORRETO afirmar que:**

- (A) constatando-se que a prisão preventiva decretada deixou de ser necessária, caberá ao juiz que a decretou relaxá-la;
- (B) constatando-se, independentemente de provocação das partes, que a prisão preventiva foi decretada pelo juiz singular quando não era cabível, caberá ao tribunal deferir *habeas corpus* de ofício;
- (C) constatando-se que a prisão em flagrante é ilegal, caberá ao juiz competente, quando dela tomar conhecimento, relaxá-la;
- (D) constatando-se o comparecimento espontâneo do acusado perante a autoridade judiciária, esta não

- ficará impedida de decretar a prisão preventiva;
- (E) constatando-se a necessidade e o cabimento da decretação de prisão preventiva, caberá ao juiz competente decretá-la, mediante decisão fundamentada.

**9 - Poderá ser decretada a prisão preventiva de indiciado:**

- (A) suspeito da prática de contravenção penal, desde que presentes os indícios de autoria e a prova da existência da infração penal, no caso de o indiciado colocar em risco a aplicação da lei penal;
- (B) suspeito da prática de lesão corporal culposa, desde que presentes os indícios de autoria e a prova da existência da infração penal, no caso de o indiciado colocar em risco a aplicação da lei penal;
- (C) suspeito da prática de roubo, ainda que presentes apenas os indícios de autoria, desde que o indiciado venha a colocar em risco a aplicação da lei penal;
- (D) suspeito da prática de latrocínio, desde que presente apenas a prova da existência da infração penal, no caso de o juiz considerar grave a citada infração penal;
- (E) reincidente, suspeito da prática de furto qualificado, desde que presentes os indícios de autoria e a prova da existência da infração penal, no caso de o indiciado colocar em risco a aplicação da lei penal.

**10- Constatando que desapareceram os motivos que levaram o juiz a decretar a prisão preventiva, este deverá:**

- (A) deferir ao réu liberdade provisória;
- (B) relaxar a prisão do réu;
- (C) deferir ao réu liberdade condicional;
- (D) deferir *habeas corpus* de ofício;
- (E) revogar o decreto de prisão.

**GABARITO**

- 1- E
- 2- E
- 3- A
- 4- E
- 5- C
- 6- E
- 7- C
- 8- A
- 9- E
- 10- E